

XXX ENCONTRO NACIONAL DO FORPROEX – FORUM DE PRO-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

CARTA DE PORTO ALEGRE

Reunidos em **PORTO ALEGRE** sob a inspiração do vento Minuano, entre os dias 7 e 8 de novembro de 2011, durante o XXX Encontro Nacional, Pró-reitores de Extensão das Universidade Públicas Brasileiras, após refletirmos sobre o caminho percorrido, avaliando sucessos e insucessos, apontamos um horizonte de metas capaz de orientar as ações para o segundo período da gestão 2011-12. Às portas da abertura do maior Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, CBEU, conclamamos aos extensionistas a promoverem uma intervenção vibrante na sociedade ampliando o caráter inclusivo e libertador da Extensão Universitária.

Consideramos que o fortalecimento da Extensão Universitária como atividade acadêmica, objetivo do FORPROEX desde o seu surgimento, exige redefinições nas políticas e práticas institucionais, tanto no âmbito das Instituições de Educação Superior como no âmbito do MEC e das agências governamentais que apóiam às ações de fomento, execução acadêmica, monitoramento e avaliação. Dando continuidade a pauta já estruturada, em Encontros anteriores, reafirmamos a necessidade do FORPROEX atuar em duas dimensões: uma interna com a finalidade de fortalecer a institucionalização da extensão universitária no interior de nossas IES e outra externa com parceiros e mantenedores.

Na agenda externa elencamos as principais ações:

1. A inserção adequada da Extensão nas metas para a Educação Superior no PNE, no sentido de valorizar sua contribuição à qualificação da Educação Superior foi o fulcro da sensibilização no Congresso Nacional e internamente na universidade para tornar pública a expressão da Extensão Universitária como parte constituinte do cotidiano das IES;
2. Mesmo com os avanços para a inserção da dimensão extensão na matriz orçamentária das IFES e do aumento dos aportes financeiros do MEC, inclusive com a

redução do percentual de contrapartidas de 20 % para 1% no âmbito das universidades estaduais nos convênios com o governo federal, enfatizamos ainda o estado de financiamento insatisfatório contínuo e irregular, pois a dependência do regime de editais não permite fluxo permanente das ações de extensão de modo a tornar perene esta dimensão;

3. Quanto ao fortalecimento à contribuição inovadora da Universidade na superação da iniquidade social e na promoção do desenvolvimento sócio-cultural temos a expectativa de lançamento da política pública do Programa Josué de Castro, que visa comprometer o conjunto das IES com a superação da miséria no país;

4. A finalização e formalização do Plano Nacional de Extensão como instrumento regulador e de suporte ao conjunto das ações de Extensão desenvolvidas no âmbito da Educação Superior brasileira requer urgência na sua efetivação;

5. A necessidade de ampla discussão sobre EXTENSÃO E EDUCAÇÃO A DISTANCIA com vistas a estabelecer marcos normativos para viabilizar a ação institucional da extensão universitária, em consonância com previsão específica de recursos pedagógicos e financeiros, para atender a expansão dessa modalidade no presente;

6. A Internacionalização das ações de extensão estão dispersas no interior das IES, acreditamos ser preciso fazer um diagnóstico desse corpo para promover um seminário sobre a estruturação e as possibilidades de trabalho a serem incrementadas a partir das diretrizes do Plano Nacional de Extensão.

7. A relevância da mobilidade estudantil deve considerar a dimensão extensionista no corpo do projeto pedagógico no contato com a realidade local;

Na agenda interna o FORPROEX se compromete a dar conta de tarefas urgentes como:

1. Finalização do dossiê de avaliação da Extensão Universitária da Educação Superior pela comissão de avaliação do FORPROEX, com definição de indicadores, metodologias e instrumentos; Até o momento os instrumentos de

- avaliação da extensão não permitem identificar se ocorreu a incorporação curricular das ações de extensão no projeto pedagógico dos cursos;
2. Elaboração de uma minuta de regulamentação da Extensão como prática acadêmica que mobilize a comunidade universitária para pressionar o poder público a agendar esta demanda;
 3. Organização e sistematização da discussão do modelo de expansão das IES necessariamente contemplando e comprometendo as ações de extensão no escopo dos Planos de Desenvolvimento Estratégicos;

Por fim, acordamos, em conjunto que é este é também um balanço das intervenções dos Pró-Reitores de Extensão nesse contexto de diálogo e negociação cujos desafios se agigantam com a importância que tem assumido as demandas por maior investimento em extensão universitária da sociedade brasileira.

Porto Alegre, novembro de 2011